

**A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS  
PARA CRIANÇAS:  
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DIDÁTICA ENTRE AS DÉCADAS DE  
1970 E 2000**

**THE INDEPENDENCE OF BRAZIL IN THE TEACHING BOOKS FOR CHILDREN: AN  
ANALYSIS OF DIDACTIC PRODUCTION AMONG THE DECADE OF 1970 AND 2000**

*Sandra Regina Ferreira de Oliveira*<sup>1</sup>

*Luciana Fernandes de Aquino*<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O livro didático tem se configurado, nos últimos tempos, como um instrumento central na cultura escolar brasileira. Nesse sentido, nossa investigação dedicou-se a compreender esse material e, mais especificamente, como um conteúdo de História, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, de grande repercussão nacional, é apresentado nos manuais ao longo do tempo. Desse modo, realizamos um levantamento de materiais na Biblioteca do Livro Didático, da Universidade de São Paulo, no qual abordava-se o tema da Independência do Brasil para o ensino de História para crianças. Esse levantamento resultou em uma análise de cinquenta obras correspondentes à primeira e quarta séries do primeiro grau, que equivalem hoje ao Ensino Fundamental de primeiro ao quinto ano, entre as décadas de 1970 e 1980. A análise qualitativa desses materiais resultou na seleção de oito obras para a construção de uma interpretação sistematizada referente aos sujeitos históricos, às imagens e às propostas de atividades. Assim, com este estudo percebemos permanências e mudanças relativas ao conteúdo em geral. Algumas das permanências são referentes aos métodos mnemônicos e aos textos curtos com questionários que pretendem obter respostas explícitas e de uma História predominantemente cronológica, a qual não busca problematizar os fatos históricos. Entretanto, as mudanças nos costumes da sociedade e das legislações incidem diretamente na produção desses materiais, como também no tratamento gráfico do conteúdo e das finalidades educativas para o ensino de História ao longo do período selecionado para o estudo.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Anos iniciais do Ensino Fundamental. Livro didático.

---

**ABSTRACT:** The textbook has been a central instrument in Brazilian school culture. In this sense, our research was dedicated to understanding this material and, more specifically, as a content of History of the early years Elementary School with great

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas.

<sup>2</sup> Professora Efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Ourinhos. Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina.

national repercussion is presented in these manuals over time. Thus, we conducted a survey of materials in the library of the textbook of the University of São Paulo in which the theme of the "Independence of Brazil" for the teaching of history to Children was approached. This survey resulted in an analysis of fifty works corresponding to the first and fourth grade of the first grade that are equivalent today to Elementary School from the first to the fifth year, between the decades of the 1970 and 1980. The qualitative analysis of these materials resulted in the selection of eight works for the construction of a systematized interpretation referring to historical subjects, images and proposals of activities. Therefore, with this study we perceive permanences and changes relative to the content in general. Some of the permanencies refer to mnemonic methods and short texts with questionnaires that seek to obtain explicit answers and a predominantly chronological history that does not seek to problematize the historical facts. However, changes in the customs of society and legislation directly affect the production of these materials, as well as the graphic treatment of content and educational purposes for the teaching of History throughout the period selected this study.

**Keywords:** History teaching. Early years of elementary school. Textbook.

## **Introdução**

A "Independência do Brasil" é conteúdo recorrente do currículo escolar, formal ou informalmente, e também pode ser considerado tema nobre da historiografia brasileira. Data magna do calendário brasileiro, o 7 de setembro é feriado nacional, há mobilização de alguns segmentos da população em torno de atos cívicos que, em alguns lugares, contam, inclusive, com desfiles escolares. A repercussão social dessa temática, que ganha contornos de "mito fundador da pátria brasileira", evidencia-se, também, na literatura e em programas da mídia.

Para José Murilo de Carvalho (2006), ainda que regado a contradições, particularmente, quanto ao fato de legitimar-se no liberalismo e ao mesmo tempo manter intacta a escravidão, o fenômeno histórico da Independência do Brasil mantém-se como marco incontornável de nossa história política. Essa perspectiva de Carvalho vai ao encontro da presença do conteúdo "Independência do Brasil" nos livros didáticos e da associação, mais recente, entre a comemoração do 7 de Setembro e a discussão sobre o exercício de nossa cidadania.

Resumidamente, podemos indicar que os encadeamentos dos fatos que resultaram na Independência do Brasil se configuraram em uma amálgama de rupturas e permanências, as quais István Jancsó (2005) representou por meio da

metáfora do mosaico. Isabel Lustosa (2006) afirma que um elemento decisivo para a compreensão da reviravolta política, da qual o Brasil emergiu como uma nação livre, foi a atuação de D. Pedro. A personalidade avessa às regras formais, o seu caráter intempestivo, e a profunda convicção pessoal de ser imperador, teriam garantido uma ação eficaz, a qual resultou, ao final, na manutenção do regime político e da unidade do território brasileiro. A figura de D. Pedro I foi ressaltada, como se verá adiante, nos manuais e guias de apoio didático e, ainda que os textos mais recentes tragam outros sujeitos à baila, é preponderante o investimento no constructo do personagem fundador do Brasil Independente.

Circe Bittencourt (2004, p. 313) destaca a pesquisa com os conteúdos escolares constantes nos manuais didáticos como um campo potente de investigação e registra que “a importância do livro didático reside na explicitação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica”. A pesquisa, aqui em foco, teve por objetivo investigar como o conteúdo “Independência do Brasil” é apresentado nos manuais didáticos para crianças, entre as décadas de 1970 a 2000.

As obras investigadas compõem o acervo da Biblioteca do Livro Didático, da Universidade de São Paulo (USP). O critério foi reunir obras que trouxessem a temática da Independência do Brasil entre as décadas de 1970 a 2000, correspondentes a 1ª e a 4ª séries do primeiro grau, equivalentes, hoje, ao 1º e ao 5º anos do Ensino Fundamental. Foram localizadas cinquenta obras, cuja análise resultou na montagem de um banco de dados com mais de duas centenas de páginas digitalizadas, reunindo os capítulos dos manuais que versam sobre a Independência do Brasil. Desse total, optamos por trabalhar com o conteúdo apresentado em oito manuais: dois de cada uma das décadas de 1970 a 2000.

## **1. Os conteúdos, as imagens e as atividades sobre a Independência do Brasil nos livros didáticos**

Nos livros da década de 1970 e início de 1980, o conteúdo de Independência do Brasil, das obras analisadas, se caracterizava por frases curtas, nem sempre relacionadas, proporcionando uma narrativa fragmentada.

Na obra *Estudos Sociais estudando o Estado de São Paulo* (197?)<sup>3</sup>, de autoria de Iolanda Marques, destinada à quarta série, o texto sobre a Independência do Brasil confere destaque para as ações dos mitos fundadores. Nesse caso, são considerados como os heróis da emancipação do Brasil o príncipe D. Pedro e José Bonifácio, “o patriarca da Independência”. A princesa Leopoldina é mencionada como esposa de D. Pedro e uma das pessoas que enviaram cartas ao príncipe, comunicando as novas ordens das Cortes portuguesas e que aconselharam-no a proclamar a Independência.

Identifica-se, também, uma abordagem histórica fragmentada do manual, que pode levar os alunos a uma interpretação confusa do fato, pois não há menção à data do retorno de D. João VI para Portugal e nem ao Sete de Setembro, as únicas informações temporais são as referentes à nove de janeiro de 1822 e ao mês de agosto de 1822. Sem marcadores cronológicos não é possível identificar a distância temporal entre o retorno de D. João VI e a proclamação da Independência, nem mesmo a data deste último fato, apesar de ser cobrada em uma questão proposta nas atividades subsequentes.

É pertinente, nesse caso, remeter essa situação ao fato de que o livro didático deve ser elaborado, de acordo com Crubellier (1993), considerando o seu uso em sala de aula com o acompanhamento do professor. Espera-se que o professor aborde esse assunto oralmente, pois o livro é um suporte para a aula e não a aula toda.

Quanto às imagens, manifestam-se as principais características dos livros didáticos do período: desenhos ilustrativos inspirados em obras de arte, como o do quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, porém sem referência à obra; e exercícios que reforçam a memorização dos acontecimentos:

---

<sup>3</sup> Localizado em acervo dos materiais da década de 1970, sem indicação de data específica.

**Figura 1 – Fragmento de ilustração sobre a Independência do Brasil**



**Fonte: Marques ([197?]).**

No livro *Estudando São Paulo* (1971), de José de Arruda Penteadó e Bernardo Issler, para terceira série, o elemento disparador para proclamação da Independência é o retorno de D. João VI para Portugal e a insatisfação dos brasileiros com as ordens vindas da Corte de Lisboa, assim como no livro anterior. Porém, diferentemente do outro material, a narrativa começa explicando diretamente que o ocorrido em 1822 foi um fato muito importante na história do Brasil. No texto, há ênfase ao Sete de Setembro. Para se chegar ao episódio da proclamação da Independência, percebe-se que os autores optam por apresentarem os acontecimentos para os alunos de forma a demonstrar a insatisfação, ora dos portugueses, com a presença do rei no Brasil, ora dos brasileiros, com as ordens vindas de Portugal. O material segue a história factual, mas são identificadas tentativas de diálogo com o aluno e de estabelecimento de relações entre o fato em si e os seus desdobramentos no presente, como a seguinte: “O grito da Independência foi proclamado no dia 7 de setembro de 1822, numa pequena colina perto do riacho do Ipiranga. Hoje, na cidade de São Paulo, existe um bairro com esse nome” (PENTEADO; ISSLER, 1971, p. 24).

São realçadas as importantes obras públicas realizadas na sede do governo. Esse aspecto é interessante de ser destacado, pois é possível notar aproximações entre o conteúdo apresentado para o estudo, e descrições e sentimentos que

acabam por aproximar a História com a vida cotidiana, utilizando frases como: “[...] a cidade do Rio de Janeiro ficou uma beleza”; “em São Paulo havia muito entusiasmo”; “havia muitas discussões entre brasileiros e portugueses”; “houve comemorações e festas” (PENTEADO; ISSLER, 1971, p. 24).

Na abordagem desse livro, os autores apresentam os conflitos de interesse entre portugueses e brasileiros, o que denota, apesar de algumas simplificações, um movimento da História alimentado pelas diferentes perspectivas em relação à figura de D. Pedro e sobre o que ele deveria fazer enquanto governante do Brasil:

D. Pedro estava governando o Brasil. Porém, os portugueses não queriam isso. Queriam que ele fosse também para Portugal. Os portugueses achavam que o Brasil não podia ser favorecido. Eles desejavam que tôdas as riquezas do Brasil fôssem enviadas para Portugal (PENTEADO; ISSLER, 1971, p. 24).

A ilustração, constante no capítulo, assim como na outra obra analisada dessa época, é uma adaptação do quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, sem qualquer referência de autoria ou de data.

**Figura 2 – Fragmento de ilustração sobre a Independência do Brasil**



**Fonte: Penteado e Issler (1971)**

As atividades têm como foco a memorização e, em algumas delas, identifica-se o modelo de sociedade ancorado na ideia do homem como o único provedor da família: "As crianças obedecem aos seus pais. O pai é o chefe da família. A família **depende** do pai" (PENTEADO; ISSLER, 1971, p. 25, grifo nosso).

A palavra "depende" é destacada no texto na tentativa de estabelecer uma relação entre dependência e independência, para que a criança estabeleça relações entre sua vida e a História do país:

Os meninos e as meninas depois que crescem ficam gente grande. Vão ter uma profissão aí então não dependem mais dos pais. Depois que se casam ficam independentes. Você compreendeu? E com o Brasil o que aconteceu? O Brasil era pequeno não tinha muita população e, portanto, dependia de Portugal. [...] Depois que o Brasil cresceu, aumentou seu território e não precisava mais... [para a criança completar] de Portugal (PENTEADO; ISSLER, 1971, p. 25).

Nos dois livros da década de 1970, notamos o uso de figuras que remetem ao quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo. Para Moreno (2014), a utilização de imagens como recurso pedagógico era uma espécie de comprovante dos fatos históricos, pois "buscava-se fidelidade às imagens 'reais'. Neste caso, 'reais' eram as produções do século XIX, os desenhos dos viajantes e os quadros 'históricos' elaborados pela Academia Imperial" (MORENO, 2014, p. 169-170).

Entre o final da década de 1980 até meados de 1995, o conteúdo de Independência do Brasil, em alguns manuais, foi alocado no final do livro, em um compêndio de datas comemorativas sem atividades relativas ao tema ou acompanhado de questões que, novamente, conferiam destaque a nomes e a datas, tais como: em que dia, mês e ano foi proclamada a Independência do Brasil?; Quem proclamou a Independência do Brasil?

Paralelamente, encontram-se, em outras obras da década de 1980, as marcas das reformulações implementadas pelo ensino de História "entremeadas à luta pela volta da democracia e pelo retorno oficial da autonomia da disciplina de História, ainda diluída, legalmente, nos Estudos Sociais" (MORENO, 2014, p. 239). Também, no concernente a essa década, é relevante considerar a ampliação do sistema escolar com a redemocratização política do país. A escolha

dos dois livros analisados na sequência foi realizada considerando essas questões.

No livro *Mundo Mágico: Estudos Sociais – Ciências - Programas de Saúde* (1986), de autoria de Erdna Perugine e Manuela Diogo Vallone, o conteúdo de Independência do Brasil encontra-se no final do livro, em um compêndio sobre datas comemorativas. É possível perceber a clara denotação patriótica ufanista ao vincular diretamente o Sete de Setembro ao Dia da Pátria. Tal conotação não foi reconhecida nos livros da década de 1970, porém cabe-nos salientar que, diferentemente dos livros da década de 1970, a abordagem sobre a data comemorativa, qualquer que seja, sobrepõe-se ao conteúdo em si por se tratar de um manual elaborado em torno das datas comemorativas.

O pequeno texto começa informando à criança sobre as comemorações da Semana da Pátria, convidando-a para conhecer um pouco mais a respeito da história do país. O texto informa aos educandos sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, e depois vai direto à proclamação da Independência, como se não tivesse ocorrido mais nada de significativo na História do Brasil entre 1500 e 1822. Depois, há uma referência a D. Pedro e, ao lado, uma imagem do busto do imperador.

Embora haja uma pergunta que busca dialogar com o cotidiano do aluno, pedindo para que ele escreva como são as comemorações referentes ao dia Sete de Setembro em seu município, as demais questões propostas direcionam para a memorização de datas e do nome do fato. Por último, questiona-se se os estudantes sabem cantar o Hino da Independência, apresenta-se a letra e, ao lado, aloca-se um vocabulário com os significados das palavras mais difíceis.

No livro *Estudos Sociais - Educação e desenvolvimento do senso crítico* (1989), das autoras Maria da Glória Santos Mariano e Rosemary Faria Assad, encontramos, repetidamente, a adaptação do quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, sem qualquer legenda de referência do nome da obra, do autor ou da data de produção, reproduzido apenas para iniciar o tratamento do tema:

**Figura 3 – Fragmento de ilustração sobre a Independência do Brasil**



**Fonte: Mariano e Assad (1989)**

Abaixo da imagem há um pequeno texto composto por frases curtas, com abordagens relacionadas à temática, mas nem sempre articuladas:

No dia 7 de setembro comemora-se a Independência do Brasil. Durante muito tempo, o Brasil pertenceu a Portugal. O Brasil sempre foi um país rico em recursos naturais. Os portugueses tiravam daqui essas riquezas e comercializavam com outros países da Europa. (MARIANO; ASSAD, 1989, p. 129).

O conteúdo é iniciado a partir da alusão ao longo período em que o Brasil pertenceu a Portugal, afirmando que, durante esse tempo, os portugueses tiravam daqui as riquezas naturais e comercializavam-nas na Europa. Essa situação revoltava os brasileiros e tudo se agravou após a descoberta de minas de ouro no Brasil.

As autoras pretendem que os alunos aprendam que essa situação deixou os brasileiros descontentes e, com isso, começaram a desejar a independência do país. Sem problematizar mais nenhuma questão, o texto segue informando que “somente” no dia sete de setembro de 1822 foi proclamada a Independência do Brasil pelo príncipe D. Pedro, governante na época. Assim, o sistema do país passou a ser monarquia e D. Pedro foi o primeiro imperador.

Na seção intitulada *Para Pensar*, a Independência efetiva do Brasil é questionada, caracterizando um afastamento quanto ao trato do tema encontrado nos manuais de 1970. Ao convidar o aluno para refletir sobre: “Como

*um país conquista a sua verdadeira independência?*”, as autoras destacam a importância da educação do povo “*para que todos possam ser cidadãos úteis a si próprios e à sociedade*” e apontam também para a necessidade da independência econômica. Ao fim da discussão, solicita-se ao aluno que responda à questão: “*O Brasil já conquistou sua verdadeira independência? Por quê?*” (MARIANO; ASSAD, 1989, p. 130).

Em que pese às questões reflexivas destacadas anteriormente, mantêm-se as mesmas questões de cunho pontual, solicitando ao aluno que indique as datas e os nomes dos envolvidos no processo, já encontrados nos manuais anteriores.

A partir de 1996, os livros examinados apresentam o conteúdo de Independência do Brasil ora disposto entre os capítulos ou unidades de estudo, ora em apêndices que tratam de datas comemorativas. É perceptível, também, em outros manuais que, nas obras entremeadas de 1996 a 2002, há certa preocupação em problematizar a temática da Independência do Brasil, apresentando, por meio de textos informativos – relativamente mais longos que o das obras anteriores –, os movimentos contrários e os favoráveis à emancipação política do Brasil. Todavia, as atividades didáticas relativas a essa temática parecem desprezar os conhecimentos prévios dos alunos e, ainda, focam na memorização de informações, com perguntas explícitas e, em algumas passagens, desconexas com o texto apresentado. A seleção das obras, que compõem o acervo referente à década 1990, foi feita considerando tais características dos livros.

A década de 1990 é marcada pela ocorrência de um fato significativo: a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996. Por conta dela, estabeleceu-se que o ensino de História no Brasil deve considerar as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. Temos, além disso, no ano de 1997, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais colocam a temática da identidade e das diferenças culturais como questões sociais a serem enfrentadas, no campo da História e dos Temas Transversais.

Para Marcos Antônio da Silva e Selva Guimarães Fonseca (2010), o ensino de História passou por um intenso debate. Ademais, a promulgação da LDB e dos

PCN suscitou uma série de reflexões acerca da constituição do saber histórico escolar e das relações entre professores e alunos frente a esses saberes e materiais, além de como os conhecimentos prescritos são reconstruídos e assimilados em sala de aula.

Isso significou refletir sobre o estado do conhecimento histórico e do debate pedagógico, bem como combater a disciplina “Estudos Sociais” e a desvalorização da História, os currículos fragmentados, a formação em Licenciaturas Curtas e os conteúdos didáticos difundidos naquele momento, processo articulado às lutas contra a precarização da profissão docente (SILVA; FONSECA, 2010, p. 13).

Conforme esses pesquisadores, o encerramento da experiência ditatorial não significou o fim das velhas dificuldades no cotidiano do ensino de História. Entretanto, foi possível perceber avanços conceituais e procedimentais nos conteúdos de História.

Algumas tendências, nesse campo específico, se fortaleceram a partir daquela conjuntura, e de sua superação, em termos políticos gerais. O crescimento da indústria editorial e privada, nos vários níveis de ensino, simultaneamente ao recuo dos sindicatos e outras entidades associativas, marcam certa inflexão dos debates das políticas educacionais para o ensino de História, desde a década de 1990, com a perda ou o recuo das lutas coletivas.

Simultaneamente, cresceu a pesquisa científica cujo objeto de estudo é o ensino e a aprendizagem da História; passou-se a valorizar cada vez mais a cultura escolar, os saberes e as práticas educativas, desenvolvidos em diferentes lugares por docentes e outros atores do processo educativo. Essa foi uma conquista importante porque reafirmou, entre nós, a concepção de que ensinar História não é apenas repetir, reproduzir conhecimentos eruditos produzidos em outros espaços: existe também uma produção escolar (SILVA; FONSECA, 2010, p. 14).

No que concerne ao início da década de 1990, os conteúdos de História encontram-se, predominantemente, nos livros de Estudos Sociais. Nos dois livros selecionados dessa década, a localização do conteúdo estudado nesta pesquisa dispõe-se, como já observado, em diferentes situações: ora como unidade de

estudo, ora como apêndice ao final do volume, como os livros da década de 1980.

No livro *Eu gosto de Estudos Sociais* ([199?])<sup>4</sup>, de autoria de Célia Passos e Zineide Silva, o tema “Independência do Brasil” é apresentado no final do volume como uma data comemorativa. A página que inicia o tema é composta por uma reprodução de qualidade bastante superior àquelas encontradas nas décadas de 1970 e de 1980, trata-se do quadro *Proclamação da Independência*, de 1844, de autoria de François-René Moreaux.

Da mesma forma que nas obras analisadas anteriormente, a imagem é apresentada sem título da obra, sem referência ao pintor e sem nenhuma relação com o texto alocado na parte de baixo. O uso do quadro de Moreaux incita possibilidades diferentes para a forma como o fato é representado na iconografia, pois se identifica um D. Pedro mais “próximo do povo”, representado em uma situação de aclamação levantando seu chapéu, não empunhando a espada, como no quadro de Pedro Américo:

**Figura 4 – Fragmento de ilustração sobre a Independência do Brasil**



**Fonte: Passos e Silva ([199?])**

O texto inicia a narrativa com a seguinte frase: “Com o descobrimento o Brasil ficou pertencendo a Portugal” (PASSOS; SILVA, [199?], p. 173). Assim, a conexão entre o descobrimento do Brasil e a situação de dependência em relação a Portugal, sem necessariamente anunciar que os portugueses participaram do

---

<sup>4</sup> Localizado em acervo dos materiais da década de 1990, sem indicação de data específica.

denominado “Descobrimiento do Brasil”, é o ponto de partida da abordagem sobre a Independência do país. Sem maiores explicações, as autoras prosseguem o texto narrando que os brasileiros ficaram descontentes com essa situação e passaram a querer libertar a sua pátria. Então, no dia sete de setembro de 1822, o príncipe regente, que governava o país, proclamou a independência do Brasil. Daí em diante, o Brasil não recebeu mais ordens de Portugal e D. Pedro se tornou o primeiro imperador do Brasil.

Desse modo, o processo de Independência é apresentado ao aluno sem questionamentos e sem vinculações com outros acontecimentos, sejam do passado ou do presente, também sem nenhuma solicitação de atividade sobre o assunto.

No segundo livro selecionado da década de 1990, *Os caminhos de Estudos Sociais* (1996), de autoria de Maria Luiza Favret, são aparentes algumas modificações nas atividades propostas, na qualidade do texto e na quantidade de informações, se comparado aos livros das décadas anteriores a 1990. Investe-se na elaboração de textos mais longos e é possível notar que, nas atividades, há explicações quanto aos movimentos contrários à Independência e ao próprio imperador.

Em uma das atividades propostas, é oferecido aos alunos o seguinte texto:

Havia dois grupos que lutavam pela independência. Um desses grupos queria que o Brasil se libertasse de Portugal e que D. Pedro assumisse o poder como imperador, sem a participação do povo. O outro grupo queria que o Brasil se libertasse de Portugal e que o país passasse a ser governado por um presidente eleito pelo povo (FAVRET, 1996, p. 153).

A partir disso, o professor é orientado a informar aos alunos que “o imperador não é escolhido pelo povo e o poder passa diretamente para os seus descendentes, enquanto o presidente é eleito diretamente pelo povo” (FAVRET, 1996, p.153).

A seguir, os alunos são convidados a se posicionarem sobre o tema respondendo a questões como: “Se você vivesse nessa época, que grupo apoiaria? Por quê?” (FAVRET, 1996, p.153). É fato que não constam, no texto, maiores informações que esclareçam, objetivamente, os diferentes

posicionamentos tangentes à Independência do Brasil. Informa-se, somente, que existiam dois movimentos antagônicos: um grupo queria que o Brasil se libertasse de Portugal, enquanto o outro grupo, não.

Ainda que de forma pouco contundente, o povo é contemplado na abordagem do fato como sujeito participante. Além disso, a autora indica interesses opostos entre as Cortes e os brasileiros e propõe, ao aluno, pensar sobre o assunto a partir da seguinte questão: "*Você acha que ao proclamar a Independência D. Pedro atendeu somente os interesses do povo?*" (FAVRET, 1996, p. 153).

A saber, a emblemática imagem de D. Pedro em cima do cavalo, empunhando a espada, não é abandonada pela autora, porém o que encontramos nessa obra é uma releitura destinada ao público infantil:

**Figura 5 – Fragmento de ilustração sobre a Independência do Brasil**



**Fonte: Favret (1996)**

Contudo, a imagem que recebe destaque no capítulo é o quadro *Coroação de Dom Pedro I*, de 1828, do pintor Jean-Baptiste Debret, acompanhado de um breve texto:

**Figura 6 – Fragmento de imagem e texto do Livro de 1996**



**Fonte: Favret (1996)**

Trata-se da primeira obra analisada em nosso estudo em que a imagem é acompanhada de legenda indicando a autoria. Entretanto, a função que a legenda cumpre é a de legitimar a imagem como registro do acontecimento, não como uma reconstrução sobre ele. A data constante na legenda remete ao ano da coroação e não há nenhuma referência ao ano de produção da tela.

Existem também indícios, nessa obra, quanto à preocupação em colocar o aluno como sujeito ativo de aprendizagem, afastando-se de propostas que solicitam somente a localização e a reprodução de informações presentes no texto. Assim sendo, o aluno é convidado a escrever o que entendeu com as suas próprias palavras. Ainda que o livro seja de Estudos Sociais, é patente que já atende às discussões em voga na década de 1990, quanto às modificações necessárias nos livros de História. De forma tímida, registra-se a tentativa de situar a figura de D. Pedro em meio a um contexto social mais amplo, marcado por diferentes interesses.

A década de 2000 é marcada pela alteração, pelo menos no âmbito das obras destinadas às escolas públicas, quanto ao componente curricular de "Estudos Sociais", passando a intitular-se "História e Geografia". Em nossa pesquisa, os livros encontrados nessa década apresentam duas tipologias: "História e Geografia" e "História".

As obras relativas à década de 2000 destacam-se pela maior quantidade de informações sobre a Independência do Brasil e por trazerem fontes históricas diversas, as quais são objeto de certa problematização. Há livros cujas fontes são acompanhadas de dados e, no caso das pinturas, da data de produção, do local onde estão atualmente e, em algumas abordagens, de observações sobre as personagens pintadas, a paisagem, os animais etc. Não obstante, também encontramos obras cujas imagens são apresentadas sem tais dados e não há atividades para que o aluno dialogue com elas. Nossa escolha pautou-se em selecionar uma obra de cada tipologia.

Nos livros didáticos referentes a esse período, encontramos uma abordagem sobre a Independência do Brasil realizada de forma mais contextualizada, considerando os conhecimentos prévios dos alunos, as opiniões dos estudantes e sugerindo mais pesquisas sobre o assunto. Fica evidente ser o objetivo dos autores desses livros fazer os alunos perceberem que a situação política do

Brasil, naquela época, não era tranquila, pois, mesmo internamente, havia pessoas não aceitando a Independência e outras lutando até morrer, ou seja, a ideia é fazer os alunos compreenderem que a Independência do Brasil foi também um processo de reconhecimento, tanto para os habitantes do país quanto para as outras nações, em especial Portugal.

Registra-se, também que, nos anos 2000, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se consolidou como um complexo sistema de avaliação, com fixação de critérios definidos previamente, o que provocou mudanças significativas nos livros didáticos, quer sejam ou não elaborados para participarem do PNLD. Frente a esse cenário, Jean Moreno (2014, p. 335) indica que se configurou, claramente, “uma nova situação quanto à produção didática nacional”.

Na obra *Vivência e Construção* (4ª série, 2000), de autoria de José Willian Vesentini, Dora Martins Dias Silva e Marlene Pécora, a explanação sobre o conteúdo de Independência do Brasil é iniciada afirmando que, durante a permanência de D. João VI, o Brasil viveu um período agitado, embora a cidade do Rio de Janeiro tenha sido beneficiada com obras públicas, o que, de acordo com os autores, não se estendeu ao restante do país.

O texto segue informando que a Corte gastava muito dinheiro e quem pagava esses gastos eram os brasileiros que, em sua maioria, passavam por dificuldades devido ao açúcar ter deixado de ser uma fonte econômica e à escassez de ouro. Os autores intentam levar os alunos a perceberem que os problemas econômicos nesse período ocasionaram uma insatisfação com os governos, pois surgiram vários focos de revolta no Brasil.

Não obstante, identifica-se que esse é o primeiro manual que menciona a Revolução do Porto, em 1820, informando sobre a crise lusitana, porém não há explicações mais detalhadas sobre esse acontecimento. O que podemos concluir é que, nesse livro, o processo de Independência do Brasil é abordado a partir de diferentes lugares – quer sejam no Brasil, quer sejam em Portugal. Após apresentar esses cenários, a narrativa prossegue colocando que D. João VI resolveu retornar a Portugal e deixou, aqui, seu filho herdeiro como príncipe regente.

É possível inferir, ainda, que a narrativa cronológica – e pautada exclusivamente no acontecimento – abre espaço para aspectos da vida cotidiana de D. Pedro, podendo contribuir no sentido de desmistificar o herói, embora as qualidades anunciadas sejam no sentido de valorizar sua imagem:

Dom Pedro, filho dom João VI, tinha 23 anos quando foi nomeado príncipe regente do Brasil. Ele tinha um temperamento emotivo e entusiasmado. Gostava de movimento, festas, viagens e era um excelente cavaleiro. Também apreciava muito a música, tocava piano e compunha. Em 1821, ele compôs o Hino da Independência (VESENTINI; DIAS; PÉCORA, 2000, p. 146).

No mais, o texto sobre a Independência do Brasil prossegue anunciando que D. João VI exigiu o retorno de D. Pedro a Portugal e que o Brasil voltasse à situação de colônia. Inicia-se, então, no Brasil, um movimento com o objetivo de convencer D. Pedro a ficar e a proclamar a Independência. Outros políticos não concordavam com esse posicionamento e instaurou-se uma situação de conflitos e revoltas nas províncias.

Dessa maneira, o texto informa que, para ganhar apoio político, D. Pedro resolveu visitar algumas províncias e, na manhã do dia sete de setembro de 1822, encontrava-se às margens do riacho do Ipiranga, quando recebeu cartas importantes, sendo uma delas de José Bonifácio, pedindo que D. Pedro declarasse a Independência do Brasil. Outras cartas vieram de Portugal e ordenavam o seu imediato retorno. Assim, na narrativa construída pelos autores, afirma-se que D. Pedro ficou indignado, levantou a sua espada e gritou: "Independência ou morte!". O Brasil se tornava independente de Portugal, D. Pedro foi aclamado imperador, passando a ser D. Pedro I e governando o Brasil de 1822 a 1831, período que ficou conhecido como Primeiro Reinado (VESENTINI; DIAS; PÉCORA, 2000, p. 147).

Quatro imagens acompanham o texto que conta a Independência do Brasil no livro em questão. Todas são seguidas por uma pequena explicação e, na lateral, em letras minúsculas, o local ou o acervo do qual fazem parte. Todavia, estão ausentes as referências quanto à autoria e à data de produção.

De qualquer modo, trata-se da primeira obra na qual identificamos a tentativa de estabelecer uma ligação entre imagem e texto, ainda que tal feito seja somente por meio de um enunciado aos alunos: "Leia os textos e observe as

imagens”, sem qualquer outro desdobramento. O quadro de Pedro Américo, em sua totalidade, está reproduzido praticamente em meia página, já com visível qualidade técnica:

**Figura 7 – Fragmento de ilustração sobre a Independência do Brasil**



**Fonte: Vesentini, Silva e Pécora (2000)**

José Bonifácio é apresentado em outra imagem com indicação na legenda de que foi um dos políticos que mais lutou para a Independência do Brasil. O outro grupo de imagens apresenta D. Pedro ao piano e um leque comemorativo pela partida de D. João VI do Rio de Janeiro, podendo ser interpretado como uma tentativa de buscar outras fontes para a narrativa do tema. As atividades propostas estão alocadas após o texto e, em sua maioria, constituem-se perguntas explícitas relativas ao texto da página anterior, no estilo de identificar e reproduzir a resposta.

A obra *História e Geografia – Coleção Curumim* (4ª série, 2003), de autoria de Ernesta Zamboni e Sonia Castellar, destaca a opção didática – identificada no texto e nas atividades – de levar o aluno a problematizar o passado a partir de elementos do presente. O ponto de partida para a abordagem do tema “Independência do Brasil” é relacionar o fato às comemorações da vida cotidiana, especificamente os aniversários.

Nesse viés, a intenção das autoras é chamar a atenção dos alunos às diferentes formas que temos de registros de tais comemorações, como, por exemplo, as fotografias, e propor comparações com a forma de registrar outros fatos históricos em diferentes temporalidades: “*A proclamação da Independência*

do Brasil, que aconteceu no dia 7 de setembro de 1822, também foi registrada em documentos escritos e em pinturas” (ZAMBONI; CASTELLAR, 2003, p. 185).

Nesse manual, a narrativa construída para o estudo da Independência do Brasil é desencadeada a partir da análise de dois quadros apresentados em separado e acompanhados por questões específicas. O primeiro é *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, que vem acompanhado de informações sobre a autoria, o local onde está, por que e onde foi pintado. As autoras anunciam que “A tela é considerada a representação oficial da Independência do Brasil” (ZAMBONI; CASTELLAR, 2003, p. 186):

### Figura 8 – Fragmento de ilustração e texto



**Fonte: Zamboni e Castellar (2003)**

As questões que devem ser respondidas, a partir da análise do quadro, são:

O que você considera mais importante nesse quadro? O que o quadro representa? Quem é a principal figura no quadro? Como está representada a figura de D. Pedro? O povo aparece representado no quadro? De que forma? Na sua opinião, o que poderiam estar pensando as pessoas que aparecem na cena? (ZAMBONI; CASTELLAR, 2003, p. 186-187).

O segundo quadro apresentado ao aluno é *Proclamação da Independência*, de François-René Moreaux, acompanhado de referências completas, incluindo o local onde se encontra no país.

**Figura 9 – Fragmento de ilustração sobre a Independência do Brasil**



**Fonte: Zamboni e Castellar (2003)**

As mesmas questões relacionadas ao quadro de Pedro Américo são colocadas para que o aluno responda sobre a obra de Moreaux. A ideia é que o aluno construa uma narrativa prévia sobre a Independência do Brasil, a partir de uma análise comparativa entre os quadros e suas inferências, pois indicar o que as pessoas poderiam estar pensando exige do aluno ultrapassar a imagem em si. Tal objetivo concretiza-se na seguinte proposta:

Compare os dois quadros. Observe as cores utilizadas, as roupas, quem está no centro, quem está ao lado da figura central, os gestos das pessoas representadas, a paisagem, os animais que aparecem, etc. Participe da discussão e depois anote as conclusões da classe (ZAMBONI; CASTELLAR, 2003, p. 189).

Nesse sentido, o movimento didático pretendido por essa obra difere-se das demais analisadas até então, porque identificamos a intenção de mobilizar o aluno para um trabalho aprofundado com as imagens enquanto fontes históricas. Há espaço para que as crianças emitam suas opiniões sobre o ocorrido e, ao mesmo tempo, são fornecidas informações elementares para a aprendizagem da

História, que subsidiam a construção de conceitos históricos, tais como datação, contexto de produção da obra, autoria e o que se pretende representar.

O texto no qual as autoras discorrem sobre a Independência do Brasil vem após a análise das pinturas e não se difere muito do constante no livro de 2000. Assim sendo, aborda-se a tensão entre portugueses e brasileiros, o retorno da família real para Portugal, a indicação de D. Pedro como príncipe regente, o posicionamento de D. Pedro frente às ordens portuguesas, o movimento a favor da Independência que vai se constituindo no Brasil e a descrição do fato em si quanto ao recebimento das cartas.

Ressalta-se, que essa obra didática se diferencia das demais ao anunciar a criação da Assembleia Constituinte e ao trazer, para o aluno, a fala de D. Pedro registrada na historiografia:

Amigos, as cortes querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais. É tempo. Estamos separados de Portugal. Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será Independência ou Morte! (Sérgio Buarque de Hollanda. História do Brasil: das origens à Independência. São Paulo: Editora Nacional, s.d., p.132) (ZAMBONI; CASTELLAR, 2003, p. 192).

Há destaque para as atividades com os símbolos nacionais na época do Império e, também, para os problemas não resolvidos com a Independência do Brasil em relação à cidadania, como as reivindicações populares e a escravidão, fazendo com que o aluno perceba que houve um processo de aceitação e de legitimidade do novo governo. E, por fim, são dispostas atividades que examinam a importância da Independência do Brasil nos dias de hoje e como essas questões aparecem, às vezes, de forma despercebida como, por exemplo, no início do próprio Hino Nacional.

## **Conclusão**

O resultado, em diálogo com a literatura especializada, evidencia as nuances e as mutações nas maneiras de se apresentar, e tratar, o conteúdo da Independência do Brasil. Procurando entender cada livro didático no contexto de

sua época de produção, circulação e consumo, notamos que, até o final dos anos 1990, o conteúdo da Independência do Brasil, recorrente nos manuais, foi abordado de forma diluída em meio aos conteúdos da disciplina de Estudos Sociais e de modo predominantemente factual, sem quaisquer menções aos conflitos da época, com exercícios de fixação que visavam reforçar os valores autoritários, com evidentes elogios aos militares.

Notam-se as permanências, de algumas estratégias didáticas e de alguns pontos, na produção de narrativas acerca do fato histórico da Independência do Brasil. Dentre as principais permanências que os livros didáticos trazem, destaca-se uma leitura política do Sete de Setembro em face de uma leitura política do presente, ou seja, as narrativas desse fato histórico são construídas a partir de influências do presente na leitura do passado.

Essa centralidade política na abordagem da Independência do Brasil negligenciou, muitas vezes, discussões acerca da emancipação econômica e da própria emancipação social, como o caso da manutenção da escravidão após a proclamação da Independência, bem como a repercussão do fato por todo o território nacional.

Além disso, a cidade do Rio de Janeiro era a sede do império, entretanto há um grande realce em todos os manuais pesquisados para a cidade de São Paulo, palco do pioneirismo bandeirante e do acontecimento de maior dimensão histórica do país: a Independência. É um sinal, sem dúvidas, de certo predomínio da historiografia e das editoras paulistanas.

Outrossim, a data histórica em estudo permanece apresentada, sobretudo, a partir da ação de sujeitos da família imperial portuguesa, evidentemente com destaque para D. Pedro. É ele o homem do grito, o príncipe americano que recusou várias coroas que lhe foram oferecidas, entre elas a portuguesa, a espanhola e, até mesmo, a grega (COSTA, 1968). As outras questões vão, de certa maneira, transformando-se nos manuais, mas D. Pedro continua sendo o protagonista dessa empreitada. Ele é, predominantemente, o sujeito da ação em todos os livros didáticos.

Dentre as modificações, as que primeiramente saltam aos olhos são relativas à evolução técnica das artes gráficas, o que coincide com a redimensão e a valorização das imagens consideradas fontes históricas.

Já na perspectiva conceitual e pedagógica, o que se observa são as mudanças nas finalidades educativas, atribuídas ao ensino de História, ao longo do período em estudo. Destacam-se, assim, alguns aspectos considerados relevantes, como as próprias alterações na abordagem dos conteúdos históricos, a qual passou a ser mais próxima do pensar historicamente de forma a problematizar os fatos, em substituição a uma abordagem ufanista/militarista da História. Embora os militares possam ser considerados vencedores na transição política da ditadura para a democracia, uma vez que mantiveram privilégios e imunidades com a Lei da Anistia, por outro lado, perderam ideologicamente. A interpretação histórica militarista ou ufanista perdeu terreno para uma interpretação crítica da História, com ênfase nos direitos do cidadão.

Outro enfoque também pode ser percebido na problematização dos sujeitos históricos. Ao comparar os manuais ao longo das décadas, é notória a introdução de novos sujeitos históricos como resposta às leis de valorização das mulheres, dos índios e dos negros. Portanto, os protagonistas da Independência do Brasil – antes vistos como “míticos” (D. Pedro, D. João VI, a princesa Leopoldina e José Bonifácio) – dividem espaço, agora, na passagem para o século XXI, com novos “heróis” que lutaram pela emancipação do Brasil.

Faz-se importante ressaltar que as mudanças nos costumes da sociedade influenciam diretamente a produção desses manuais, haja vista que a produção dos livros didáticos, do início da década de 1970 a meados da década de 1980, reforçava uma cultura do autoritarismo, a qual predominava na política e nas relações sociais. As atividades relativas aos conteúdos em geral pressupõem a interpretação dos fatos históricos a partir de textos relativamente curtos, com questionários explícitos, em que a primeira pergunta corresponde ao primeiro parágrafo e, assim, sucessivamente. Há, também, atividades de cruzadinhas e de preenchimento de lacunas, predominando métodos mnemônicos.

A partir do final da década de 1980, percebem-se as transformações nas atividades pedagógicas, com problematizações na interpretação dos fatos (Será que o Brasil conquistou verdadeiramente a sua Independência?), ainda que fosse comum a utilização de questionários com perguntas explícitas.

Após a promulgação da atual LDB, em 1996, a disciplina escolar de História vai ganhando, paulatinamente, um espaço próprio para os seus conteúdos em

livros específicos, além, é claro, de passar por uma profunda mudança ao adotar intenções e perspectivas da nova historiografia, das novas pedagogias e dos novos tempos de construção da democracia no Brasil.

Desse modo, ainda que sejam temáticas que ficaram fora do recorte proposto para este artigo, faz-se necessário destacar, nesta conclusão, que as transformações apresentadas nos livros didáticos, após a década de 1990, foram influenciadas pelo intenso movimento de produção de propostas curriculares inovadoras, em diferentes lugares do Brasil, em redes públicas estaduais e municipais, para todas as disciplinas e, em especial, para o ensino de História.

Trata-se, também, de um período no qual se intensificou, na academia, a produção científica em torno do ensino de História, em que os saberes específicos da escola foram abordados a partir da complexidade que apresentam. Outros fatores que colaboraram com esse período de transformações foram a elaboração, e a divulgação, dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1997), documento que propulsionou debates sobre os referenciais teórico-metodológicos para o ensino da História, ao propor a organização do ensino em Eixos Temáticos.

É fato que o impacto dos PCN sobre a produção dos livros didáticos se deu sobre intenso debate e os livros, apesar de não promoverem a abordagem temática, incorporaram alguns princípios presentes nos PCN-História para os anos iniciais do Ensino Fundamental. É a partir desse desenho, composto por diversas linhas, que outros sujeitos, outras temporalidades, outros encaminhamentos pedagógicos começam a despontar. Contudo, é somente quando os autores e as editoras constroem livros pensados para crianças, considerando a capacidade delas de interpretar e de problematizar os fatos, que há a superação dos métodos mnemônicos e, conseqüentemente, as questões mudam.

## **Referências**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais História e Geografia*. Brasília, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COSTA, Sergio Correa da. *As quatro coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

CRUBELLIER, Maurice. Manuais de história. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 509-513.

FAVRET, Maria Luiza. *Os caminhos de estudos sociais: 4ª Série*. São Paulo: Atual, 1996.

JANCSÓ, István. Independência, independências. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. p. 17-48.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

MARIANO, Maria da Glória Santos; ASSAD, Rosemary Faria. *Estudos Sociais: educação e desenvolvimento do senso crítico*. São Paulo: Editora do Brasil, 1989. v. 3.

MARQUES, Iolanda. *Estudos Sociais estudando o Estado de São Paulo: 4ª Série*. São Paulo: IBEP, [197?].

MORENO, Jean Carlos. *Quem somos nós? Apropriações e Representações Sobre a(s) Identidade(s) Brasileira(s) em Livros Didáticos de História (1971, 2011)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

PASSOS, Célia Passos; SILVA, Zineide Silva. *Eu gosto de Estudos Sociais: 3ª Série*. São Paulo: IBEP, [199?].

PENTEADO, José de Arruda; ISSLER, Bernardo. *Estudando São Paulo Estudos Sociais: 3ª Série*. São Paulo: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 1971.

PERUGINE, Erdna; VALLONE, Manuela Diogo. *Mundo Mágico: Estudos Sociais – Ciências - Programas de Saúde 3: 1º grau*. São Paulo: Ática, 1986.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 60, p. 13-33, 2010.

VESENTINI, José Willian; SILVA, Dora Martins Dias; PÉCORA, Marlene. *Vivência e Construção - História e Geografia: 4ª Série*. São Paulo: Ática, 2000.

ZAMBONI, Ernesta Zamboni; CASTELLAR, Sonia. *História e Geografia: 4ª Série*. São Paulo: Atual, 2003.

*Recebido em 30 de junho de 2017*  
*Aprovado em 09 de janeiro de 2018*